

PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: TRABALHANDO COM CRIANÇAS DE 4 ANOS

Amanda Silva Rodrigues¹

Eliane Rose Maio²

Orientadora

Universidade Estadual de Maringá

RESUMO

A violência sexual infantil recorrente em denúncias viola os direitos humanos garantidos em lei às crianças. Sendo sujeitos ativos em nossa sociedade, buscamos uma forma de fomentar a formação e ação docente, incluindo esse trabalho e reflexão na prevenção à violência sexual infantil. O presente trabalho tem como objetivo geral sugerir formas de abordar a prevenção à violência sexual infantil, na Educação Infantil, com crianças de 4 anos, matriculadas em um Centro de Educação Infantil no Paraná. Para isso, utiliza como recurso lúdico o livro infantil *Pipo e Fifi*, de Caroline Arcari e como metodologia o estudo de caso em pesquisa de campo. O planejamento resultante da pesquisa foi ministrado em uma sala de aula de crianças de 4 anos em que a orientanda atua como educadora regente. Descrevemos o processo de planejamento, a prática social inicial da aula, de que forma abordamos a problematização, quais ações didático-pedagógicas realizamos e a prática social final da aula ministrada. Com isso, observamos que é possível a abordagem do tema prevenção à violência sexual infantil com crianças de 4 anos, especialmente quando inserimos recursos didáticos lúdicos, como histórias e vídeos, em nosso planejamento.

Palavras-chave: violência sexual infantil; educação infantil; ação docente.

1. INTRODUÇÃO

A violência sexual infantil é, infelizmente, comum e difícil de ser percebida. Ela é a quarta violação mais recorrente contra crianças e adolescentes denunciada no Disque Direitos Humanos, a Secretaria de Direitos Humanos recebeu quatro mil denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes no primeiro trimestre de 2015 por meio do Disque 100 (Brasil, 2015). Uma forma de aumentar as denúncias é instruir as próprias crianças a denunciarem, mas de que forma a escola

¹ Amanda Silva Rodrigues é pedagoga pela Universidade Estadual de Maringá (UEM/PR) <amaanda.s.r@gmail.com>

² Eliane Rose Maio é graduada em psicologia (UEM/PR), especialista em Psicopedagogia (UEM/PR) e Psicologia Escolar (CRP/PR), Mestrado em Psicologia (UNESP/Assis), Doutorado em Educação Escolar (UNESP/Araraquara) e Pós-Doutorado em Educação Escolar (UNESP/Araraquara). Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação na Universidade Estadual de Maringá e do programa de pós-graduação em educação – mestrado e doutorado. Líder do Grupo de Pesquisa CNPq – NUDISEX (Núcleo de Estudo e Pesquisas em Diversidade Sexual).

Realização:

Apoio:



pode – e deve – instruir as crianças a fazerem isso? Essa questão permeou nosso interesse no assunto, visto que como futura pedagoga, sou parte integrante desse processo e posso, por meio desse trabalho, instruir demais profissionais disseminando assim a informação e contribuindo para o aumento das denúncias.

A escola deve oferecer essa instrução pois, de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), em seu volume introdutório, um de seus princípios é o “[...] respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas em suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.,” (Brasil, 1998, p.13); observamos ainda os direitos das crianças e adolescentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990, s/p), Capítulo IV, Art. 53 “[...] a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”; e ainda recorrendo à Carta Magna,

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Parágrafo 4º - A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente (BRASIL, 1988, s/p *grifos nossos*).

Partindo dessas premissas, a escola não deve se opor ao seu dever de instruir o sujeito em todos seus aspectos, com isso, instruir as crianças a denunciarem possíveis abusos/violências é dever da instituição, já que em conjunto com ações afirmativas, estaria contribuindo para o direito à vida, à saúde, ao respeito e à segurança, além de garantir o pleno desenvolvimento e o respeito aos direitos das crianças.

Por isso, de que forma a escola poderia instruir as crianças a se protegerem, percebendo as possíveis violências sexuais e denunciando os mesmos a adultos de confiança como, por exemplo, seus/suas professores/as?

O presente trabalho tem como objetivo geral sugerir formas de abordar a prevenção à violência sexual infantil, na Educação Infantil, com crianças de 4 anos, matriculadas em um Centro de Educação Infantil. Este estudo de campo apresenta

Realização:



Apoio:



ainda uma forma de abordar a prevenção da violência sexual infantil para crianças de 4 anos utilizando como recurso lúdico principal o livro *Pipo e Fifi* de Caroline Arcari (2013).

Este trabalho se apresenta em dois momentos distintos. A descrição do estudo acerca do papel da educação frente à prevenção da violência sexual infantil enquanto discursa sobre a pesquisa e preparação para atividade de campo e em segundo momento o relatório da atividade de campo com descrições das aulas e de algumas das impressões coletadas durante a intervenção.

Discutiremos, portanto, no próximo tópico, a pesquisa e estudo referente ao tema prevenção à violência sexual infantil.

2. O PAPEL DA EDUCAÇÃO FRENTE À PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

A escola é privilegiada no aspecto social em que atua. As instituições de ensino tecem redes de interação estudante/estudante e estudante/professor/a e com isso permeia os primeiros conflitos que as crianças encontrarão na sociedade fora do ambiente educacional. Mesmo sendo parte integrante da sociedade a escola não é neutra em sua ação, ela precisa lidar com o que as crianças trazem da vivência fora dos muros da escola. Por vezes, tais vivências incluem violências para com as crianças de diversas formas, agressões verbais ou físicas sofridas por colegas ou familiares, dificuldades de aceitação pessoal e tentativas ou culminâncias de violências sexuais com ou sem agressões físicas. Entendemos que

O abuso sexual é uma situação em que uma criança ou adolescente é usado para gratificação sexual de um adulto ou mesmo de um adolescente mais velho, baseado em uma relação de poder que pode incluir desde carícias, manipulação da genitália [...] até o ato sexual com ou sem penetração, com ou sem violência física [...] (ABRAPIA, 2002, p. 8).

Esse conceito nos permite analisar que casos de violência sexual infantil deixam sinais, visíveis ou não, que podem ser percebidos pelo/a profissional da educação atento com o público que atua. Sinais como marcas de uso de força física são visíveis, entretanto, as marcas afetivas como mudanças no comportamento, “culpabilização, depressão, angústia” (LIMA e MAIO, 2014, p. 59) também podem e

Realização:



Apoio:



devem ser observadas atentamente. A equipe docente atenta e em contato constante com o/a aluno/a pode perceber tais mudanças e é primordial que reconheça os sinais (por exemplo, mudança repentina de humor, marcas físicas, introversão) que a criança lhes oferece para identificar a vítima de violência sexual.

É interessante ressaltar que educadores/as da Educação Básica, por vezes, dão voz aos/às estudantes, seja por meio do ensino crítico voltado ao/à cidadão/ã que transformará a sociedade em que atua, seja como delator/a da violência sofrida e calada pelos/as estudantes. Para tanto, qualquer profissional atuante na escola pode perceber e delatar suas suspeitas.

Em âmbito nacional, O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) garante à criança o direito de viver bem, sendo este então o direito que prezamos para que a aprendizagem aconteça de forma efetiva. O documento apresenta que:

Nenhuma criança ou adolescente será sujeito de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990, s/p).

A ação do/a profissional educacional é respaldada, agora em esfera educacional, pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 em sua Meta 7, sob a redação do subitem 7.23 que deixa evidente o papel de educadores/as na detecção dos sinais da violência:

7.23. garantir políticas de **combate à violência na escola**, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à **capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual**, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade (BRASIL, 2014, p. 65 *grifos nossos*).

Em casos de violência sexual é evidente a importância do papel dos/as adultos/as que convivem com a criança para manter sua dignidade assistida, pois em situação de violência de qualquer tipo, a infância é agredida e a integridade física e psicológica é afetada.

[...] a violência sexual é também violência física e psicológica; a violência física sempre é também psicológica. Na exploração sexual comercial, encontram-se presentes, além da exploração econômica, as violências estrutural, física, psicológica, social e moral (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 31).

Realização:



Apoio:



Atenção para com a criança estende-se além de sinais físicos de agressão, devem-se ainda observar mudanças de comportamento, isolamento, sentimento de abandono e medo constante. A formação plena que buscamos em educandos/as ultrapassa os limites pedagógicos; a atenção também deve ser plena e abarcar a criança como o ser complexo que é, reconhecendo assim a criança como ser humano.

O receio em denunciar é também violação da lei que quando redigida reconheceu o tempo que a criança e/ou adolescente permanecia na instituição escola como recurso assistido da segurança e integridade infanto-juvenil. Pode-se constatar isso no

Art. 245 - Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente. Pena: multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990, s/p).

Sendo, portanto, a escola o local onde a criança permanece cerca de 4h diárias em regime de turnos escolar e até 11h diárias em Centros Municipais de Educação Infantil, das 7h às 18h, é indubitável que assuntos pessoais do alunado serão tangíveis aos/às profissionais da educação que atuam no ambiente, cabe então ao/à professor/a e demais profissionais da área reconhecer, identificar e denunciar possíveis sinais de violência sexual infantil.

O próximo tópico discutirá a abordagem do tema prevenção à violência sexual infantil em ambiente alfabetizador e descreverá a atividade de campo.

3. A ABORDAGEM DO TEMA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL EM AMBIENTE ALFABETIZADOR

Esse item discute sobre a formação docente, os desafios na elaboração do planejamento além da caracterização da turma e da instituição em que a pesquisa se realizou. Como nosso objetivo geral é sugerir formas de abordar a prevenção à violência sexual infantil, na Educação Infantil, com crianças de 4 anos, matriculados/as em um Centro de Educação Infantil, descrevemos uma aula, que temos como procedimento metodológico a observação e análise. Os objetivos

Realização:



Apoio:



propostos e a avaliação diagnóstica final são destacadas com comentários pertinentes de alunos/as que tiveram participação durante a aula.

[...] a atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e a presença do aluno. Ou seja, o ato de dar aula é inseparável da produção desse ato e de seu consumo. A aula é, pois, produzida e consumida ao mesmo tempo (produzida pelo professor e consumida pelos alunos) (SAVIANI, 2012, p. 12).

3.1 Os materiais acessíveis aos/às professores/as

Estão disponíveis para consulta na instituição de ensino em que realizamos a atividade de campo diversos materiais, dentre eles destacamos os que utilizamos para fundamentação do planejamento e para redação deste trabalho: Pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI³, 2012); Uma Pedagogia para a Pedagogia Histórico-Crítica (GASPARIN⁴, 2011) e o Currículo Municipal (2012). Ainda disponíveis nas instituições de ensino, docentes têm acesso ainda a outros títulos disponíveis para pesquisa como a coleção completa do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998); a coleção completa dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2001) e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2013).

3.2 Caracterização da instituição de ensino e da turma de enfoque da pesquisa

A instituição de ensino de nossa pesquisa é um Centro de Educação Infantil localizado no Paraná. O Centro possui treze salas de aula com até vinte e sete alunos/as matriculados/as, sendo que a frequência destes/as é uma variável constante. O Centro possui três pavilhões, com banheiros feminino e masculino em cada pavilhão; parque; pátio interno; sala dos/as professores/as; refeitório; sala de equipe pedagógica e secretaria.

A educação municipal da cidade em que realizamos a atividade de campo, no ano de dois mil e dezesseis, possui o ano letivo dividido em quatro bimestres sendo que neste ano o primeiro deles com o tema: “Eu e meu corpo - Identidade e autonomia”. As atividades no primeiro bimestre foram direcionadas ao

³ Dermeval Saviani é professor emérito da UNICAMP e coordenador geral do Grupo Nacional de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR, 2015).

⁴ João Luiz Gasparin é professor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá. Integra o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado e Doutorado – da mesma universidade, como professor colaborador (PPE, 2016).

Realização:

Apoio:



reconhecimento do corpo da criança, atividades que envolvem movimento, identificação e ilustração do corpo humano foram sugeridas pela Secretaria da Educação por meio do planejamento.

Quando os/as profissionais recebem a sugestão do planejamento, recebem também a instrução, por meio de conversas com a supervisora, de que as atividades são sugestões que podem ser alteradas ou adicionadas de acordo com o julgamento do/a docente responsável desde que mantenham explicado o conteúdo/tema a ser ministrado.

O planejamento é dividido para execução entre professora (período matutino) e educadora infantil (período vespertino), por vezes o período vespertino fica responsável por menos atividades a serem executadas e por esse motivo, encerrei antes da professora e antes do término do bimestre. A sugestão de planejamento do terceiro bimestre sob o tema: “Lugares e suas paisagens” foi executada na íntegra e restaram cerca de quinze dias para a finalização do mesmo pois as atividades que a educadora infantil fica responsável eram poucas se comparadas aos dias disponíveis para a execução do planejamento. A supervisora propôs então, que este tempo fosse preenchido retomando assuntos dos bimestres anteriores. Nesse contexto, o tempo foi oportuno para a aplicação do planejamento produzido neste trabalho de conclusão de curso que abordou a prevenção à violência sexual infantil, acrescentando conhecimento referente ao primeiro bimestre.

A turma de infantil 4 em que realizamos a intervenção possui vinte e cinco alunos/as sendo 13 do gênero feminino e 12 do gênero masculino. A frequência é, em média, 80% sendo tal porcentagem correspondente à aproximadamente vinte alunos/as presentes diariamente. As intervenções foram realizadas no período vespertino entre às 14h e às 15h em três dias. A rotina observada no período vespertino se organiza da seguinte maneira:

Tabela 1: A rotina escolar vivenciada pelas crianças observadas

12h às 13h – Tempo para dormir	15h às 15h15 – Intervalo
13h às 13h20 – Despertar	15h15 – Jantar
13h30 às 13h45 – Lanche	15h45 – Troca de roupas sujas/
13h45 às 14h – Organização da sala/	arrumação de cabelos

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



uso do banheiro/ troca de água das garrafas	16h – Atividades recreativas direcionadas
14h às 15h – Realização das atividades propostas no dia	16h30 – Despedida/ brincadeiras ou brinquedos sem mediação

Fonte: Elaborada pela autora.

A turma foi observada desde o início do ano letivo por nós. Os/as alunos/as são participativos/as e comunicativos/as. Apreciam contação de história e leitura de literaturas em diversos suportes. Para investigação, lemos livros reproduzindo as páginas em televisão, lendo em roda, contando sem suporte de livros e fazendo leituras co-participativas com o auxílio dos/as alunos/as. Quanto a histórias, a turma é receptiva e aprecia participar e conversar conosco durante a contação. Tal observação permitiu que a leitura do livro *Pipo e Fifi* de Caroline Arcari (2013) em suporte digital, reproduzido em televisão, fosse possível, a turma foi receptiva e participou da aula. O planejamento da aula foi pensado de acordo com a rotina da turma e discutiremos esse processo no próximo item.

3.3 O processo de planejamento e a aula ministrada

Quando planejamos, dedicamos tempo ao estudo referencial sobre o ato e a ação docente crítica que busque a formação do/a cidadão/ã reflexivo/a. Para tanto, entendemos que a prevenção à violência e ao abuso sexual infantil é um tema que deve ser debatido pelo grupo docente, mas, também deve ser abordado com as crianças que são o foco da prevenção. Por meio da literatura, o tema pode ser apreciado pelas crianças, atingindo assim nossos objetivos sem provocar o incômodo ao se discutir tal tema ainda considerado tabu quando visto como conteúdo de sala de aula. Acreditamos que

[...] **a escola é hoje o espaço privilegiado** em que deverão ser lançadas as bases para a formação do indivíduo. E, nesse espaço, **privilegiamos os estudos literários**, pois, de maneira mais abrangente do que quaisquer outros, eles **estimulem o exercício da mente; a percepção real em suas múltiplas significações; consciência do eu em relação ao outro** [...] (COELHO, 2000, p. 16 *grifos nossos*).

Com isso, a abordagem deve ser significativa e pontual, de forma a valorizar a prática inicial do conteúdo, sendo assim é significativo o que os/as alunos/as já sabem a respeito do assunto e partindo da coleta inicial das impressões para a

Realização:



Apoio:



formulação do planejamento. O planejamento foi organizado para 3h/aula, dedicando assim, de acordo com a rotina da turma observada, ele foi dividido, tendo sua aplicação fracionada em três dias.

A prática social inicial do conteúdo se caracteriza por ser a primeira leitura da realidade que a criança e a educadora dominam do tema. Deve-se, nesse momento, instigar o/a aluno/a para o que será posteriormente apresentado como conteúdo novo. “Uma das formas para motivar os alunos é conhecer sua prática social imediata a respeito do conteúdo curricular proposto” (Gasparin, 2011, p. 13). A prática social inicial do conteúdo foi realizada no dia dezenove de setembro de dois mil e dezesseis na sala já descrita, nesta data a turma possuía 22 crianças presentes, dentre elas, 14 do gênero feminino e 8 do gênero masculino.

O anúncio do conteúdo foi apresentado a partir da apresentação dos dois monstros protagonistas da história *Pipo e Fifi* de Caroline Arcari (2013). Algumas crianças disseram que as personagens eram frutas, mas uma aluna observou que Fifi e Pipo utilizavam calcinha e cueca, respectivamente, e corrigiu os/às demais ao dizer que ‘frutas não usam calcinha’. Anunciamos os nomes do monstro e da monstria e sistematizamos utilizando alfabeto móvel e montamos os nomes na lousa, destacando a primeira letra de cada nome e incentivando a escrita das letras. Fez-se uma roda de conversa para que os/as alunos/as formulassem hipóteses do que os monstros estavam fazendo na sala de aula.

Tabela 2: Hipóteses das crianças sobre o que Pipo e Fifi faziam na sala de aula

- Visitando
- Fazendo novos/as amigos/as
- Vieram para brincar
- Vieram aprender a escrever
- Vieram contar uma história legal
- Erraram o lugar, estão aqui por engano.

Fonte: Elaborada pela autora.

Ao formularem hipóteses, destacamos a opção “vieram contar uma história legal”, e confirmando essa hipótese narramos que os monstros fazem parte de uma história muito legal e que menciona o corpo humano. Aproveitando esse momento, levantamos o conhecimento dos/as alunos/as sobre o conteúdo que será

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



ensinado. Questionamos o que as crianças lavavam quando tomavam banho, e se elas sabiam o nome de todas as partes que lavavam. Enquanto eles/as mencionavam o que lavavam ao tomar banho, ilustramos na lousa as partes do corpo. Eventualmente um menino lembrou-se de mencionar as nádegas e o pênis, citando tais partes como 'bunda' e 'pipi'. Tal menção proporcionou a reação de apenas uma aluna que começou a rir baixinho. Ao perceber que a turma não reagiu, aparentemente, de forma envergonhada à menção, aproveitamos para questionar se todos/as possuíam nádegas e pênis. Todas as meninas prontamente se apresentaram defendendo que elas possuíam 'piririca', 'periquita', 'perereca' ao mencionarem a vulva.

À menção de tais partes, as desenhamos na lousa e ensinamos os nomes adequados, vulva para 'piririca', 'periquita' e 'perereca'; pênis para 'pipi'. Pedimos para que os/as alunos/as repetissem a pronúncia.

Após isso, algumas questões foram levantadas ao se trabalhar o momento da Problematização, parte integrante do planejamento que “[...] relaciona o conteúdo escolar com a prática social [...]” (Gasparin, 2011, p. 39). As questões abordaram a ampliação do vocabulário inserindo vulva e pênis como integrantes da aula. Com isso, apresentamos o termo 'partes íntimas' para representar 'o que a calcinha e a cueca escondem' e o termo passou a ser utilizado, principalmente em grupos de meninas, para se referir à vulva e pênis.

No dia vinte de setembro realizamos seis horas de hora atividade e não entramos em sala. No dia vinte e um de setembro 20 crianças estavam presentes, sendo 14 do gênero feminino e 6 do gênero masculino. Iniciamos nesse dia, o processo da Instrumentalização.

A partir das questões levantadas na Prática Social Inicial e sistematizadas na Problematização, todo o processo ensino-aprendizagem é encaminhado para, explicitamente, confrontar os sujeitos da aprendizagem – os alunos – com o objeto sistematizado do conhecimento – o conteúdo (GASPARIN, 2011, p. 49).

Levamos a televisão para a sala, o que parece ter aguçado mais a atenção dos/as alunos/as. Perguntamos se alguém conseguia lembrar o que foi feito na aula anterior. As crianças falaram sobre vulva e pênis e mencionaram *Pipo e Fifi*, alguns/mas mencionaram a história que deveria ser contada. Adotando uma rotina

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



textual já utilizada no ambiente escolar, iniciamos a aula apresentando às crianças foto e breve biografia da autora da história. Reproduzimos o livro *Pipo e Fifi* de Caroline Arcari (2013) na televisão e com o auxílio de bonecos/as contamos a história, incentivando a participação das crianças durante a contação. Os/As alunos/as prestaram atenção e participaram quando solicitados/as. Por vezes, levantaram e se aproximaram da televisão para enxergar melhor as ilustrações. Após a contação da história, reproduzimos dois vídeos da Campanha Defenda-se⁵.

Após isso, os/as alunos/as puderam comentar sobre a história e os vídeos livremente, e permitimos que todos/as os/as interessados/as se pronunciassem, proporcionando aqui momento para a Catarse “[...] esta é a fase em que o educando sistematiza e manifesta que assimilou, isto é, que assemelhou a si mesmo os conteúdos e os métodos de trabalho usados na fase anterior” (Gasparin, 2011, p. 123). No momento de ilustrar ‘o/a adulto/a de confiança’ algumas crianças não sabiam quem escolher e então conversamos sobre quem elas mais gostavam, de quem se sentiam mais próximas, com quem se sentiam mais seguras para que ilustrassem essas pessoas.

No dia vinte e três de setembro, estavam presentes 23 crianças, sendo 10 do gênero masculino e 13 do gênero feminino. Neste dia abordamos a Prática Social Final do Conteúdo que “[...] é a confirmação de que aquilo que o educando somente conseguia realizar com a ajuda dos outros agora o consegue sozinho, ainda que trabalhando em grupo” (Gasparin, 2011, p. 142). Para isso, retomamos a história que *Pipo e Fifi* nos contaram – permitindo então que as crianças recontem umas às outras o conto, e com isso as que faltaram na aula anterior, também se inteirem do que foi realizado – retomando conceitos como vulva e pênis e ‘adulto/a de confiança’.

Produzimos então um texto coletivo com o objetivo de ampliar a capacidade de autoconhecimento e, conseqüentemente, de se comunicar e interagir socialmente com outras crianças e adultos/as; além de propiciar participação de situações que envolvam a necessidade de explicar e argumentar ideias e pontos de vista. As

⁵ A campanha *Defenda-se* contribui com as políticas de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes (Centro Marista de Defesa da Infância, 2015).

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação



crianças elencaram pontos de vista e ideias e escrevemos na lousa o texto produzido em grupo.

Tabela 3: Texto coletivo

Conhecemos Pipo e Fifi que vestiam calcinha e cueca grandes. São monstros, mas são bonitinhos. Eles contaram a história de por que não podemos deixar as pessoas encostarem em nossas partes íntimas que são as partes que a calcinha e a cueca escondem. Se alguém tentar devemos dizer 'NÃO' e contar para a mãe, o pai, a avó ou para a professora.

Fonte: Texto elaborado coletivamente pelos/as alunos/as da Educação Infantil.

Entregamos uma folha sulfite a cada criança e pedimos que ilustrassem um/a adulto/a de confiança, enquanto desenhavam, as crianças conversavam entre si lembrando umas às outras de partes importantes do corpo que comumente são esquecidas, como por exemplo, cílios, sobrancelhas e, pela primeira vez, os mamilos. Interessante situação foi observada por nós quando um grupo de alunos/as chegou à conclusão que após 'vestir a camiseta' no desenho, o mamilo deveria ser apagado, pois ficou 'escondido na roupa'. Esse fato chamou atenção pois a criança utilizou a lógica na ação cotidiana de vestir-se e demonstrou isso ao realizar sua ilustração, atrelando a atividade com o conhecimento do próprio corpo e a visão de si quando vestida e quando desnuda.

Cada planejamento elencado durante o ano letivo permite que nos avaliemos como profissionais envolvidas com as diferentes formas de abordar assuntos e atrair a atenção dos/as alunos/as, buscando assim, melhor conhecer a turma e tornando o trabalho de planejar e atuar cada vez mais efetivo e significativo. Nesse planejamento, especificamente, iniciamos a abordagem instigando a curiosidade das crianças, após isso utilizamos o recurso visual, e ao final permitiu-lhes que se expressassem acerca do assunto – violência sexual – falando sobre e ilustrando-o.

Entretanto, observar se o assunto abordado foi significativo para os/as estudantes demandou tempo. No dia dezenove de outubro de dois mil e dezesseis duas crianças, uma menina e um menino, foram observadas por nós, conversando enquanto brincavam de fazer compras no mercado, a menina falava com o menino interpretando o papel de 'mãe', enquanto o menino era o 'filho'. Durante as compras a 'mãe' falava com o 'filho' sobre a importância de confiar nela e contar qualquer

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de Teoria e Prática da Educação



coisa que lhe parecesse incômoda, fazendo evidente referência 'ao/à adulto/a de confiança' que abordamos na história.

No dia dezesseis de novembro de dois mil e dezesseis um grupo de crianças brincava de cuidar das bonecas da sala de aula, uma delas mencionou que era preciso lavar a 'periquita' da boneca, ao falar isso um dos meninos que não estava no grupo olhou para a menina e lembrou-a de que "o nome certo é 'vuva' e não 'periquita' – repetimos, assim, a pronúncia da palavra e parabenizamos o aluno pela lembrança do nome correto – nesse caso, o menino fez referência à aula em que os nomes dos órgãos sexuais foram trabalhados por nós.

Portanto, o planejamento descrito demonstrou ter sido significativo no decorrer dos dias letivos em pequenas situações que foram observadas por nós e isso demonstra a eficácia do que foi planejado. Tais situações fazem parte da avaliação constante que fazemos dos planos de aula, assim como nossas abordagens e registros das aulas ministradas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir um trabalho denota encerramento de ações e ao abordar o tema de prevenção à violência sexual infantil é imprescindível não finalizar as pesquisas e intervenções sobre incidentes ainda recorrentes. Entretanto, pondera-se aqui o que nos foi possível aprender por meio das observações realizadas em sala e também por meio das pesquisas que produziram o plano de aula.

A abordagem da prevenção à violência sexual infantil em tenra idade é a busca incessante de conscientização precoce que a criança deve ter enquanto sujeito ativo da sociedade em que vive, atua e transforma. Ao reconhecê-la como aliada na luta contra a violência, dotando-a de conhecimento sobre seu próprio corpo, seus direitos e deveres e os/as adultos/as em que podem confiar, percebemos que a luta não é univalente, ela deve ser compartilhada.

O conhecimento adquirido durante a graduação, acesso a livros, palestras, seminários alimentou a necessidade da atuação docente voltada à prevenção da violência sexual infantil. Quando compartilhamos o conhecimento adquirido nesse trabalho, esperamos que profissionais da educação, professores/as e demais interessados/as percebam a possibilidade de ensinar aos/às pequenos/as o que a

Realização:



Apoio:



sociedade ainda considera tabu. Nomes dos órgãos genitais, conversas sobre o corpo, reconhecimento de si mesmo/a e atenção para com as pessoas que permeiam a vida infantil não devem ser vistos com olhos receosos pela educação.

Não ter receio de falar e transmitir o conhecimento acerca da prevenção à violência é chave para aumentar o reconhecimento e as denúncias contra a violência sexual infantil. Abordar o tema prevenção a violência sexual infantil e reconhecimento do próprio corpo na Educação Infantil é um desafio, assim como é desafiante ensinar às crianças a redigirem o próprio nome. Não se deve, portanto, enxergar temas tabus como mais desafiadores que outros, mas sempre enfrentar o real desafio que é ensinar e com isso, buscar recursos didáticos e pesquisas que auxiliem nesse processo.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA – Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção a Infância e Adolescência. **Abuso sexual contra criança e adolescentes**. 3 ed. Petrópolis/RJ: Autores & Agentes & Associados, 2002.

ARCARI, Caroline. **Biografia de Caroline Arcari**. 2013. Disponível em: <http://www.carolinearcari.com.br/>. Acesso em 02 out. 2016.

ARCARI, Caroline. **Pipo e FiFi**. 2013. Disponível em: <http://www.pipoefifi.org.br/download.html>. Acesso em 07 set. 2015.

BRASIL. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. Brasília: Presidência da República, 1990

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil /** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume 2.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Temas Transversais: Orientação Sexual /** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil /** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998. Volume 1.

Realização:



Apoio:





BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, 2013.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Secretaria dos Direitos Humanos. **Notícias**: Disque 100. 2015. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/noticias/2015/maio/disque-100-quatro-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-foram-registradas-no-primeiro-trimestre-de-2015>. Acesso em 01 de março de 2016.

Centro Marista de Defesa da Infância. **Projeto Defenda-se**. Disponível em: <http://defenda-se.com/>. Acesso em 08 set. 2016.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil**: teoria, análise, didática. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. 5 ed. Campinas/SP, Autores Associados, 2011.

LIMA, Edyane Silva de; MAIO, Eliane Rose. **Violência sexual contra criança**: contribuições para a formação docente. Curitiba: CRV, 2014.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11.ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2012.

CHILD ABUSE PREVENTION: WORKING WITH 4-YEAR-OLD CHILDREN

ABSTRACT

Child sexual abuse is still recurring in complaints and this act violates human rights guaranteed by law to children. Being an active subject in our society, we will seek a way to foster the training and teaching activities, including this work and reflection on the prevention of child sexual violence. This study has the general objective of suggesting approaches to prevent child sexual abuse in childhood education with children of 4 years old. In order to achieve this, it uses as a playful resource the children's book *Pipo and Fifi*, by Caroline Arcari and as methodology the case study in field research. The resulting planning of the research was taught in a classroom of four-year-old children from kindergarten where the advisees acts as regent educator. We describe the planning process, the initial social practice of the class, how we approach the questioning, which didactic and pedagogical actions were conducted and the final social practice of the given class. Thus, we observed that it is possible to approach the theme of prevention of child sexual violence with 4-year-olds, especially when we insert playful educational resources, such as stories and videos, in our planning.

Keywords: child sexual violence; child education; teaching action.

Realização:



Apoio:



DTP Departamento de
Teoria e Prática
da Educação

